

---

# CULTURA POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

## POLITICAL CULTURE AND POLITICAL CULTURE BRAZILIAN

Agnaldo Kupper<sup>23</sup>

### RESUMO

Falamos e fazemos política o tempo todo. Política é uma dimensão alojada no ser humano. A partir da terceira geração dos Annales, o conceito de Cultura Política ganhou novas dimensões. Levando em consideração este novo posicionamento e que a identidade um povo pode ser pesquisada por meio de vários aspectos (étnicos, saberes coletivos, identidades e posturas políticas), como dimensionar a Cultura Política brasileira, ou seja, de um povo dividido em pátrias, concentrador de poder em pessoas, frequentemente descumpridor das leis como condição de sobrevivência e que não viu suas construções teóricas nascidas do costume? Como conseguir identificar as fragilidades de uma democracia em construção? E qual seria o papel do historiador neste processo? As propostas dos Annales de como lidar com a Cultura Política já estaria estabelecida entre os historiadores brasileiros? Eis alguns pontos que serão discutidos neste trabalho. Algumas respostas, algumas incitações e muitas incertezas.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultura política; Annales; história política; papel do historiador.

### SUMMARY:

We talk and politics do all the time. Politics is a hosted dimension in man. From the third generation of the Annales, the concept of Political Culture has gained new dimensions. Taking into account this new positioning and identity a people can be searched through various aspects (ethnic, collective knowledge, identities and political positions), how to size the Brazilian Political Culture, ie a divided people in homelands, hub power in people, often descumpridor laws as survival condition and has not seen his theoretical constructions born of custom? How can identify the weaknesses of a democracy under construction? What would be the role of the historian in this process? Proposals Annales how to deal with the Political Culture was already established among Brazilian historians? Here are some points that will be discussed in this paper. Some answers, some incitements and many uncertainties.

**KEYWORDS:** political culture; Annales; political history; historian's role.

71

## CULTURA E POLÍTICA

Em *antropologia*, cultura significa tudo o que o ser humano produz ao edificar e construir sua existência: as instituições, os valores materiais, as práticas e as teorias. Sendo o contato com o mundo intermediado pelo significado, a cultura deve ser vista como o conjunto de símbolos elaborado por um povo. Como há uma infinita possibilidade humana de simbolizar (estabelecer significados), as culturas são variadas, já que são inúmeras as maneiras de expressar sentimentos e anseios, de pensar, de agir, de temer.

Para que possamos entender os significados atuais do termo *cultura*, é importante que nos remetamos ao final do século XVIII e início do XIX, quando a palavra alemã *kultur* passou a ser utilizada para fazer relações com os aspectos espirituais de uma comunidade.

O antropólogo inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917), em seu livro *Cultura Primitiva*, de 1871, sintetizou na palavra *culture* (inglês) os significados emergentes a partir do termo *kultur* e *civilization*, estabelecendo que cultura ou civilização, tomada em um sentido etnográfico seria “*todo complexo que inclui conhecimento, crença, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade*”. Através desta definição, Tylor conseguiu reunir em um único termo o conjunto de padrões do comportamento humano, dando ênfase à visão de que tais padrões são adquiridos por meio das interações estabelecidas socialmente.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

---

23 Doutorando História Universidade Estadual Paulista, campus de Assis; mestre pela Universidade Estadual Paulista; professor; escritor.

---

Devemos destacar, no entanto, que Tylor instituiu uma visão evolucionista para a cultura ao determinar que a diversidade cultural observada entre os povos contemporâneos reflete a diversidade de estágios evolutivos de cada sociedade (os povos tribais, sem acesso aos produtos industriais, estariam em um estágio inferior se comparado ao dos europeus industrializados e urbanizados).

Franz Boas (1858-1942) rejeitou a visão evolucionista de Tylor. Para ele, cada cultura deve ser apreciada como única, devendo ser analisada de modo particular e estudada minuciosamente, já que existem “*culturas*” e não “*cultura*”, havendo uma diversidade cultural, próprio das diferentes sociedades humanas. Ou seja, para Boas, cada povo tem sua cultura, que pode ser definida como um modo de vida particular, composto de diferentes valores e formas de ver o mundo.

Desta forma, o conceito de *cultura*, segundo a Antropologia, corresponde ao repertório da ação humana, ou seja, ao conjunto de valores, normas, crenças, arte, costumes, saberes coletivos, transmitidos socialmente de uma para outra geração, variando de acordo com os obstáculos e as necessidades de cada sociedade.

Os aspectos de uma cultura dão ao indivíduo a capacidade de interpretar o mundo; com isso, ele atribui significado à sua realidade. Apesar da origem do termo cultura vir do latim e designar a ação de “*cultivar a terra*”, para Alfredo Bosi (1936 -) cultura se aproxima da ideia do que deve ser trabalhado no indivíduo até que o mesmo chegue à fase adulta.

A origem da palavra “política”, por sua vez, se encontra no termo grego *polis* (*cidade*).

72

A partir dessa referência, *política* seria tudo aquilo que se relaciona à vida e aos assuntos comuns de que se ocupam os cidadãos para definir o funcionamento e o destino de sua comunidade e/ou sociedade.

Nos dias contemporâneos, a política está intimamente relacionada ao Estado e às atividades a ele relacionadas, embora não se restrinja a isso, já que, reconhecidamente, política não pode ser reduzida a esse formato.

*Poder*, por sua vez, é a capacidade de ação sobre indivíduos ou grupos de indivíduos. Ele sugere a existência de uma relação na qual estão presentes quem determina e quem acata as determinações.

No contexto histórico da humanidade, sempre houve luta pela conquista e pela manutenção do poder ou contra a opressão do poder estabelecido.

Para a Ciência Política, em sentido geral, são políticos os atos ou instituições que definem a ordem da convivência que realize o bem público, equilibrando as ações sociais.

O Estado detém o poder político e, segundo Émile Durkheim (1858-1917), o Estado é a instituição que fundamenta e garante a liberdade dos indivíduos, confirmando ainda que o Estado expressa a vida social, sendo sua função organizar a sociedade para assegurar ao indivíduo seu pleno desenvolvimento, o que seria feito por meio da educação pública desvinculada de fins religiosos. Karl Marx (1818-1883) não chegou a formular pressupostos teóricos determinantes sobre o poder e Estado. No entanto, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), na obra *O Manifesto Comunista* (1848), apontou que o Estado seria apenas uma expressão jurídico-política da sociedade burguesa, ou seja, defensor dos interesses da classe dominante dentro do sistema capitalista e a democracia

---

representativa apenas uma forma mais conveniente criada para fazer com que os indivíduos acreditem ser iguais, livres e independentes.

O Governo rege politicamente o Estado e exige que sejam cumpridas as normas de condutas estabelecidas. Para tanto, pode fazer uso da violência e limitar as ações dos indivíduos ao determinar que sigam comportamentos baseados em normas. Ou mesmo estabelecer mecanismos persuasivos e ideológicos que façam prevalecer interesses de grupos ligados ao poder.

Para o intelectual francês Michel Foucault (1926 - 1984 ), conhecido por suas análises das relações entre as estruturas do poder (econômico, social, político), existem várias manifestações de poder que influenciam as relações sociais. Nesse sentido, a construção do saber teria passado a ser a construção de unidades parciais, locais e definidas e o homem teria deixado de ser figura central para algo transitório. Foucault firma ainda que, no caso do Estado, o poder não é centralizado, mas fragmentado com a existência de micro--poderes (novas instâncias de poder) que estabelecem relações em níveis variados. Desta forma, o poder se difundiria na sociedade, eliminando conceitos dualistas como centro/periferia e dominantes/dominados, o que significa dizer que o Estado teria apenas o poder simbólico (o que veio a favorecer a visão de poder simbólico de Pierre Bourdieu ou de apropriação de Roger Chartier).

De acordo com a filósofa Hannah Arendt (1906-1975)<sup>24</sup>, a cidade grega está ligada à origem da política porque foi o lugar de nascimento do espaço público, onde ocorriam discussões e deliberações entre os cidadãos em prol do interesse comum. Esse lugar era marcado pela igualdade e liberdade entre seus membros, opondo-se ao espaço privado, ou seja, ao ambiente doméstico, em que as relações eram marcadas pela desigualdade e pela hierarquia, onde a figura do senhor era dominante.

73

Distinguir o público do privado é essencial para a prática política. Se as regras do ambiente familiar, baseadas na hierarquia e na falta de autonomia dos indivíduos, são transferidas para aquilo que é público, suas funções não terão como ser exercidas propriamente, já que ele perde aquilo que o define. O espaço privado é o espaço da casa, em que o pai de família exerce seu poder coercitivo – não há lugar para reflexão ou discussão, mas sim submissão, principalmente por meio da violência (não obrigatoriamente física). Os indivíduos partilham do mesmo espaço basicamente por causa da necessidade de manutenção da vida material e biológica e de sua reprodução.

Para Arendt, teria sido pelo surgimento da cidade-estado grega que o homem recebeu uma espécie de segunda vida, que vai além da vida privada. A partir de então o homem teria passado a atuar em duas esperas: a pública e a privada, sendo o espaço público o lugar de atuação, na polis grega, entre os iguais. Lugar em que apenas os cidadãos podiam atuar em plenas condições de igualdade e liberdade (mesmo sendo o grupo de iguais reduzido), em um território em que não se comandava e não se era comandado, mas onde se decidia de forma direta a maneira como a cidade se organizaria.

A participação no espaço público se dá basicamente por meio da palavra, com o discurso sendo usado como base para persuadir o outro pelo diálogo, sendo a capacidade de julgamento imprescindível na atividade, já que há a necessidade de se analisar as situações para além de uma perspectiva individual, considerando o que é de interesse comum como o que deve prevalecer nas decisões a partir da pluralidade de posições.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

---

24 Márcia M. D'Alessio. A política no fazer e no saber históricos. In: R. Sebrinet alii (org.). Dimensões da política na historiografia. Campinas: Pontes, 2008

---

Desta forma, o mundo público deve ser caracterizado pela pluralidade de posições individuais, o que gera conflito. De acordo com Arendt, a construção do mundo comum não é idêntica à homogeneidade de pontos de vista.

As reflexões acima sobre política e espaço público se referem ao mundo antigo e representam uma forma de crítica de Hannah Arendt à sociedade moderna, que para ela é caracterizada pelo que chama de *esfera social*. Distinta das esferas pública e privada, a esfera social seria caracterizada não mais pela capacidade de realização política principalmente por meio do discurso. Esses indivíduos, por sua vez, procederiam de forma homogênea e altamente previsível, já que estariam preocupados, antes de tudo, com sua sobrevivência material. Assim, se a questão da sobrevivência estava restrita ao espaço privado na Antiguidade, na esfera social é isso que rege as expectativas das massas e orienta as medidas dos governantes. A capacidade política de construção do mundo pelo diálogo é substituída por técnicas sociais e políticas, onde se multiplicam procedimentos automáticos e sem reflexão, voltados para administrar grandes contingentes de pessoas.

É nesse ambiente que os indivíduos param de agir e passam a comportar-se: se a ação é o movimento de atuar no espaço público de modo autêntico e único, valendo-se principalmente das palavras, no comportamento as atitudes humanas seriam orientadas por aquilo que é esperado, o que implicaria adotar uma série de procedimentos automáticos no cotidiano, degradando a capacidade de refletir sobre os atos e sobre a realidade.

Esse movimento de substituição do “agir” pelo “comportar-se” se dá, segundo Arendt, pelo fato de o trabalho ocupar uma posição central na sociedade moderna, o que gera o que Arendt denomina *afastamento do mundo*: se os sujeitos que participam de um Estado (seja como representantes eleitos ou cidadãos) não estão em condição de refletir de forma crítica e autônoma sobre ele, o espaço da política não existe.

Hanna Arendt mostra, assim, que a política não é uma atividade exercida apenas por políticos profissionais, sendo resultado da criação de um espaço entre as pessoas no qual elas podem se posicionar pela palavra, de forma plural e num mesmo patamar. Sem as condições de igualdade e liberdade, não existe política; o que existe é apenas a administração em grande escala de conjuntos de indivíduos que não agem, mas se comportam.

Segundo Rosanvallon<sup>25</sup>, cabe ao historiador apreender o político no entrelaçamento das práticas e representações, privilegiando o inacabado, as fraturas, as tensões e as negações “*que desenham a imagem inconsistente da democracia e, por consequência, da história do Político*”, invocando a continuidade na longa duração.

## Cultura Política

Conjunto de atitudes, normas e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de determinada sociedade. Talvez esta seja a melhor definição para *Cultura Política*. As instituições políticas, o tipo do sistema ou regime político em vigor também integram o conceito de cultura política, devendo ser destacado que as crenças e valores não são fenômenos estáticos por poderem sofrer transformações ao longo do tempo. Vale ressaltar que para Motta<sup>26</sup> o conceito de cultura é bastante polêmico, assim como de Cultura Política que, para ele, caracterizaria a totalidade de normas, valores, atitudes,

25 Pierre Rosanvallon. Por uma História do Político. Tradução de Christian E. Lynch. SP: Alameda, 2010, p. 87-90.

26 Rodrigo Pato Sá Motta. A História Política e o conceito de cultura política. Ouro Preto: Revista de História, UFOP, n. 6, 1996, p. 95

---

crenças, linguagens e imaginários (sacrifícios heroicos, hinos, museus etc), “partilhados por um determinado grupo, tendo como objeto fenômenos políticos”.

Kuschnir & Carneiro<sup>27</sup> dão à Cultura Política um conceito multidisciplinar. Para os autores, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, colocando em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus pensadores, apontando ainda que o conceito de Cultura Política não pode ser separado da ideia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas.

Os precursores do conceito de Cultura Política foram, entre outros, Jacques Le Goff, Jacques Julliard e René Rémond, que procuraram não limitar o político ao fato, à dimensão do momento, mas a uma história mais duradoura.

René Rémond<sup>28</sup> apontou ser a História Política a história das estruturas, indicando como fundamental o resgate do político através do estudo da tradição, das sobrevivências e das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e o senso comum. Para ele, não se trata de alargar a concepção do político buscando fazer relações com a economia ou com a sociedade, mas com a cultura. A apropriação do conceito de Cultura Política teria permitido à História Política renovar seus fundamentos.

O conceito de Cultura Política reabilitou o campo da política entre os historiadores depois de um período de abandono em prol de uma História Econômica e Social, isto porque até meados do século XX a História Política era identificada com a história *tradicional* ou *positivista*, cujo objeto central seria o Estado e as classes dominantes, com uma história narrativa e presa ao momento vivido.

Nos anos 1950 e 1960, Gabriel Almond e Sidney Verba<sup>29</sup> deram impulso à análise das atitudes e comportamentos do cidadão comum estadunidense, estabelecendo o conceito de Cultura Política. Inspirados em trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento (História, Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia), desejavam reconhecer se os valores da democracia dos Estados Unidos da América poderiam ser transpassados para outras regiões, com contextos sociais e culturais distintos. Ou seja, procuraram investigar como reagiria o regime político caso o mesmo entrasse em conflito com a Cultura Política estabelecida.

A noção de cultura utilizada por Almond e Verba foi inspirada na definição antropológica, onde a cultura seria entendida como uma articulação de padrões de comportamento apreendidos socialmente através de processos de transmissão de ideias e tradições. Assim, em sociedades complexas, cada indivíduo, na medida em que participa de diferentes tipos de instituições (família, partidos políticos, associações etc.) estaria exposto a distintas formas de socialização que podem ser harmônicas ou não entre si. Ou seja, o indivíduo pode receber uma cultura política mas não obrigatoriamente segui-la.

Almond e Verba entendiam que o desenvolvimento econômico proporciona a base para o regime democrático, uma vez que a modernização resultaria na criação de novos valores e comportamentos mais compatíveis (vale lembrar que Almond e Verba estavam alinhados à política norte-americana no contexto da Guerra Fria).

---

27 Karina Kuschnir e Leandro P. Carneiro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia. RJ: Estudos Históricos – CPDOC-FGV, 1999, v. 13, N. 24

28 René Rémond. Uma história presente. In: René Rémond (org.). Por uma história política. Trad. Rosa Rocha, 2 edição. RJ: Editora FGV, 2003

29 José H. S. Néspoli. Cultura política, história política e historiografia. R. História e Cultura, Franca: UNESP, v.4, n.1

---

Almond e Verba indicam ainda três tipos de cultura política: a *parochial* (característica das sociedades simples, sem instituições políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas e caracterizada por baixos níveis de participação política e associativa), a de *sujeição* (ocorrendo em sociedades onde os indivíduos dirigem suas perspectivas e sentimentos prioritariamente para o Estado e o Governo, encarregados que seriam de dar respostas às demandas individuais e coletivas – próprio de regimes políticos autoritários) e a cultura política de *participação* (correspondente aos regimes democráticos, em que o cidadão é considerado participante e sujeito influente nas estruturas de poder).

## Annales

A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico que surgiu na França na primeira metade do século XX, questionando a historiografia baseada em instituições e que dava relevância a fatos e datas sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura (*escola Positivista*). Entre as modificações propostas estava a argumentação de que o tempo histórico apresenta ritmos diversos para os acontecimentos e que a História não se constituiu apenas uma sequência de acontecimentos.

Desde seu surgimento, a Escola dos Annales passou por quatro fases: a primeira, identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre, quando a história deslocou seu foco de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno, a que Gouvêa<sup>30</sup> denominou “massas anônimas”; a segunda (por volta de 1950), caracterizada pela direção e produção de Fernand Braudel; a terceira, com identificação mais plural, teve como destaque pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora; a quarta – iniciada em 1989 –, que apresenta o desenvolvimento da História Cultural, com nomes como Georges Duby.

Se a História Política foi a modalidade significativa da historiografia do século XIX (o que de certa forma perdurou em parte significativa do século XX), a partir da terceira fase dos Annales (anos 1970), a História Política ressurgiu sob novos formatos, tendo como base Pierre Nora e Jacques Julliard.

A partir desta fase, deu-se ênfase às massas e a uma História Política de longa direção, entendida como história econômica e social, procurando demonstrar que a História Política seria tão científica como qualquer outro campo de estudo. A partir desta nova abordagem, o desafio para a História Política passou a consistir em superar a visão tradicional, superando a vinculação unilateral da política com o Estado e incorporando a teoria da história desenvolvida pelos Annales no estudo do político, deslocando a preocupação exclusiva da História Política com o Estado para afirmar a abordagem das massas e a cidadania como central, assim como o imaginário e os meios de comunicação, entre outros.

A terceira geração dos Annales (*Nova História*) desvencilhou-se das relações com o liberalismo que caracterizaram o conceito de Almond e Verba, assumindo um significado mais próximo ao conceito das mentalidades, em uma abordagem mais antropológica. Por esta visão da Nova História, o conceito de Cultura Política aparece com um fenômeno que resiste às transformações econômicas, sociais e políticas. Isto significa que a terceira geração dos Annales passou a trabalhar novos temas usando a seu favor a interdisciplinaridade, com

---

30 Maria de Fátima Silva Gouvêa. A História Política no campo da História Cultural. Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 1998, v.3, n.1

---

o estudo do imaginário e tendo a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política como ferramentas para o estudo da Cultura Política.

A ênfase passou a ser as continuidades e permanências que dão sentido à história e não sobre as mudanças, separando o político do factual, o que permitiria a construção de uma história política científica por se ocupar do comportamento da população diante do Estado, estabelecendo uma integração de todos os atores no jogo político e desprezando o caráter elitista e individualista ao eleger as massas como seu objeto central. O interesse central desta nova postura estaria voltado para a pluralidade de ritmos que combinariam o momento com um contexto histórico mais lento e nunca imediato (de curta duração).

Segundo Dias Silva<sup>31</sup>, se a História Política trabalhava com as monarquias e com os Estados-nação, o novo sentido da História Política passou a ser a construção de uma História do Político, “*uma história do poder sobre todos os aspectos, vinculando os fatos aos regimes e estruturas políticas*”.

Para Barros<sup>32</sup>, a Nova História Política do século XX, ao redefinir objetos, fontes e metodologias, abriu espaço para duas interfaces da historiografia moderna: a interação entre a História Política e a História do Discurso e a percepção das relações de poder e suas apropriações políticas. Assim, se a Velha História Política focava os grandes Estados e instituições, a Nova História Política passou a se preocupar com a escala micro do poder (vida cotidiana e sistemas de representações), o que teria aberto espaço para a história vinda “de baixo”, ou seja, das massas anônimas e do indivíduo comum, dando indícios ampliados às relações sociais.

Segundo Néspoli<sup>33</sup>, foi exatamente a partir da década de 1970 que o conceito de Cultura Política teria passado a ser utilizado pelos historiadores, em especial pelos ligados à Escola dos Annales, o que teria prestado importante contribuição para o movimento de renovação da História Política.

Já para Julliard<sup>34</sup>, apesar das considerações e posicionamentos dos Annales, a História Política Metódica não teria desaparecido totalmente, afirmando que a política como objeto da História tem que ser estudada como qualquer outro objeto, devendo, para tanto, tomar-se cuidado com a análise metodológica para que não se rejeite totalmente o que fora realizado pelos trabalhos ditos metódicos. Julliard reforça a importância da questão temporal (mais longa) para o estudo da História Política, apontando que para distanciar-se do factual a História não deve trabalhar apenas com a “curta duração”, mas analisar uma temporalidade ampla.

Ronaldo Vainfas<sup>35</sup>, ao afirmar a autonomia do mental, o conceito de mentalidades ficou carente de uma vinculação maior com a totalidade história, chamando atenção para os riscos de se associar a dimensão cultural à perspectiva de longa duração, o que pode tornar imperceptíveis as mudanças por não procurar explicá-las. Assim, sugere observar seu funcionamento, eliminando a explosão do acontecimento em troca da permanência e realçando as continuidades ao enfatizar aspectos pouco abordados na análise social como o imaginário, o inconsciente e os sentimentos, abandonando qualquer preocupação com o

---

31 Renato da Silva Dias. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: R. da Silva Dias (org.). Repensando o político: poder, trabalho e identidades. Montes Claros: Unimontes, 2012, p. 31

32 José D'Assunção Barros. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. Saeculum: Revista de História. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, n.12

33 Op.cit

34 Jacques Julliard. A política. In: Le Goff, J; Nora, P. História: novas abordagens. 4 ed. Trad. Henrique Mesquita. RJ: F. Alves, 1995.

35 Ronaldo Vainfas (org.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Campus, 1997, 5 ed.

---

racionalismo e a ação humana. O autor também alerta para o risco de se estabelecer uma política de formação social explicada por uma cultura arraigada entre a população, o que, segundo ele, tornaria a política prisioneira da tradição, correndo-se, com isto, o risco de uma interpretação conservadora da História por menosprezar a importância do sujeito na História.

Ao invés de se procurar uma cultura política específica em cada povo, historiadores como Serge Berstein<sup>36</sup> procuram identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional, caso das culturas políticas comunista, socialista, liberal, conservadora e republicana, que visam projetos distintos de sociedade. Para tanto, Berstein preocupou-se em demonstrar que o fenômeno da cultura política numa sociedade pode se mover em breves períodos de tempo, motivados por processos de modernização econômica e social, experiências vividas por regimes políticos, programas educacionais, grandes acontecimentos políticos e momentos de crise.

Para Bergstein, são quatro os pressupostos básicos para a compreensão histórica das culturas políticas: 1) no âmbito da historiografia, as culturas políticas ocupam um lugar particular; 2) existência de um caráter plural das culturas políticas em certo momento da história de uma sociedade ou país (rejeitando, assim, a ideia de uma cultura política nacional transmitida por herança); 3) prevalecimento de uma determinada cultura política em determinadas circunstâncias históricas (uma vez que determinada cultura política pode se marginalizar quando deixa de responder aos anseios ou aspirações de uma sociedade); 4) cultura política não seria uma mensagem de interpretação única, sendo resultante de uma multiplicidade de fatores (isto porque os canais de integração estariam colocados na família, na escola, nos grupos de convivência social, nos partidos, na imprensa e em veículos de comunicação como rádio e televisão).

78

Bergstein aponta ainda para a importância da memória na análise das culturas políticas, seja através da invenção dos lugares de reminiscência, das políticas de conservação do patrimônio, da cultura de museus, dos ritos de comemoração, dos monumentos, da literatura e mesmo do cinema. A difusão e transmissão das culturas políticas seriam feitas pela mídia, difusora de temas e argumentos criadores de um clima cultural para a aceitação de uma mensagem política, uma vez que as culturas políticas seriam sempre inscritas no presente, edificadoras de um fenômeno coletivo que criam solidariedades e permitem um alcance efetivo da dimensão política.

Rodrigo Motta<sup>37</sup> afirma que a tendência de “absolutizar” a determinação cultural dos fenômenos políticos incorre num reducionismo culturalista que empobrece a análise por desprezar outros fatores de motivação humana. Desta forma, a cultura política pode declinar quando não responde às aspirações de uma sociedade.

Já Joan Botella<sup>38</sup> expõe uma preocupação: a possibilidade da associação da cultura política com a ideia de longa duração promover a naturalização dos comportamentos humanos, manifestando a visão de que só são tomadas decisões com base em convenções rotineiras, sem se levar em consideração a possibilidade do surgimento de um novo regime político.

---

36 Serge Berstein. Culturas políticas e a historiografia. Trad. Luiz A. Monjardim. In: Célia Azevedo ET alii(Org.) Cultura política, memória e historiografia. RJ: Ed. FGV, 2009

37 Rodrigo Patto Sá Motta, op. cit

38 Néspoli, op.cit



Dutra<sup>39</sup>, por sua vez, reflete se a cultura política teria uma existência prévia independente dos comportamentos que a inspiraria e se as normas e valores teriam de fato um lugar determinante na motivação dos atos políticos. Para a autora, a cultura política, vista sob o ângulo da Antropologia interpretativa ou simbólica, estaria articulada no tripé 'sistema social, sensibilidade e sociabilidade'. Por esta visão, as ideologias tentariam tornar as situações sociais compreensíveis e construí-las de maneira que se possa agir dentro de seu quadro (seu principal representante seria Clifford Geertz e sua '*hermenêutica cultural*'). Se assim, estaríamos diante da impossibilidade de observação dos particularismos e diante da impossibilidade de contemplação dos contextos de experiência, o que reduziria os atores sociais à condição de meros agentes passivos dos sistemas sociais e culturais.

Ainda segundo Dutra, a Sociologia compreensiva de Max Weber (1864-1920) teria contribuído para o alargamento das visões sobre culturas políticas ao dar aos historiadores abertura ao diálogo com a Sociologia, História e Antropologia.

A noção de experiência qualifica as relações entre a cultura e a política por dar novas formas de compreensão e de representação do mundo, verificando que os modelos explicativos universais, se substituídos por análises ligadas a contextos particulares, rejeitariam o estudo das culturas políticas enquanto sistemas simbólicos. As escolas, os partidos e os sindicatos (entre outros) seriam de grande importância na transmissão, difusão e recepção de culturas políticas, sendo os conflitos expressão da autonomia dos atores perante o contexto e não uma imposição dos códigos culturais, privilegiando, assim, a micro--história e o universo político particular (ritos, mitos, relações com a memória, tradições e imaginações). Isto significa afirmar que a cultura política não seria pensada sob um modelo geral ou comportamental.

### **Cultura Política brasileira**

Para o pensador italiano Norberto Bobbio<sup>40</sup>, deve ser feita uma distinção entre democracia *formal* e democracia *substancial*. O aspecto formal da democracia leva em consideração características como voto secreto e universal, pluripartidarismo, liberdade de pensamento e expressão, autonomia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e garantia de representatividade dos cidadãos no campo político. Já o aspecto substancial faz relação com os resultados alcançados a partir do processo democrático estabelecido, como igualdade jurídica, social e econômica.

No espaço político, Bobbio aponta para a necessidade de separação entre os interesses particulares e públicos, ou seja, ao ocupar um cargo público, o indivíduo deve entendê-lo como transitório e representante dos interesses dos representados e nunca como uma oportunidade de defesa de interesses próprios ou de grupos que venha a proteger e beneficiar.

Ao que consta, a História Política brasileira está longe de atender às necessidades apontadas por Bobbio.

Uma análise simplista da trajetória política brasileira aponta que o processo de formação do Estado Nacional brasileiro atendeu aos interesses da aristocracia agrária que capitaneou a conquista da autonomia: mantiveram-se intocáveis os fundamentos da ordem social gerada nos três séculos de Brasil colônia, baseados na grande propriedade e no trabalho escravo.

39 Eliana Dutra, op. cit

40 Norberto Bobbio. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. RJ: Paz e Terra, 1986.

---

Mesmo levando em consideração as alterações internas do país durante o II Reinado (1840-1889), tais como a inserção crescente da economia brasileira no capitalismo mundial e o surgimento de novas camadas sociais (que geraram conflitos entre monarquia e escravidão), a ascensão da República (1889) emergiu sob a hegemonia dos grupos dominantes, particularmente dos grandes fazendeiros. Uma República que viveu, desde sua proclamação, sucessivas crises institucionais: seis golpes de Estado, frequentes estados de sítio, nove eleições indiretas para presidente, cinco presidentes depostos, três presidentes eleitos e impedidos de assumir o cargo, oito constituições, um período parlamentarista e o impeachment de um presidente (Fernando Collor, em 1992), além de uma grave crise política que afastou a presidente reeleita Dilma Rousseff, em 2016.

Isto não significa dizer que não ocorreram transformações na estrutura do Estado brasileiro após a Proclamação da República (1889). Porém, foram mantidas características da velha estrutura colonial e do pós-independência.

O advento da República trouxe a reboque a descentralização do poder, transformando o *coronelismo* numa instituição mais forte a partir de 1898, quando de forma mais consistente o município passou a ser a base política-administrativa do país. O prestígio de um “coronel” era medido pela sua capacidade de trocar favores políticos e econômicos por votos (*clientelismo*).

As rupturas republicanas, tais como as Revoluções de 1930 e 1964, teriam caráter de permanência e continuidade, sempre privilegiando os setores sociais acostumados à estrutura de poder, utilizando a estrutura estatal em prol de seus interesses. Destaque ao período de 1964 a 1985, quando as forças conservadoras que impuseram o golpe a João Goulart governaram o Brasil, impondo ao país violência no campo jurídico-constitucional (destituição do presidente, decretação de atos institucionais, cassações de direitos políticos, fechamento do congresso, submissão do Judiciário) e no cotidiano dos cidadãos (prisões, tortura, exílio, banimento, assassinatos

80

Em 1984, a campanha das *Diretas-Já* já evidenciava a amplitude do descontentamento popular contra a continuação do autoritarismo. Ao derrotar a emenda Dante de Oliveira, o Congresso conservador brasileiro contribuiu para acelerar a volta do país à visão política democrática, com a desagregação das forças políticas que deram sustentação à ditadura.

A *Nova República*, inaugurada em 1985 com o retorno de civis ao poder, trouxe ao país um aprofundamento da crise econômica e o descontrole inflacionário, embora conquistas sociais e políticas tenham sido estabelecidas.

Em linhas gerais, como resultado do processo de *redemocratização* no país, consolidaram-se três grandes partidos políticos que influenciam a orientação política do eleitorado brasileiro: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O *peemedebismo* (conceito formulado pelo filósofo brasileiro Marcos Nobre para compreender a lógica da cultura política nascida com a abertura e a redemocratização do regime político brasileiro), não se refere apenas à atuação do PMDB, mas a um modo de operar a política institucional partidarizada que domina a cena brasileira e, embora tendo um modelo na lógica de ação do PMDB, tem sido incorporado tanto pelos governos do PSDB quanto do PMDB<sup>41</sup>. É caracterizado por uma importante barreira

---

41 Agnaldo Kupper. Diálogos Compartilhados. SP: FTD, 2016, p. 238

---

de interesses de grupos políticos dominantes regionais ao governo que, incorporando o fisiologismo, constitui-se em uma resposta conservadora à dinâmica da luta política e ao funcionamento das instituições políticas. Já o *lulismo*, conceito formulado pelo André Singer<sup>42</sup>, pode ser entendido como uma maneira de fazer política e de lidar com a correlação das forças políticas que busca um realinhamento eleitoral no qual os segmentos mais pobres da população tornam-se a base social de apoio aos governos do PT, notadamente a partir da reeleição de Lula em 2006. O lulismo se mostra como uma experiência de efetiva representação de parcelas historicamente marginalizadas do processo político brasileiro, embora tenha se afastado do programa original do partido, o que culminou no “arquivamento” da radicalização e da mobilização social. Um elemento derivado do lulismo é sua explícita tentativa de conciliar polos até então distantes. Por um lado, a continuidade das políticas econômicas dos governos FHC, ligadas ao pouco controle de entradas e saídas de capitais no país, à manutenção de altas taxas de juros, à necessidade de continuar produzindo superávits primários, ao controle estrito da inflação em prejuízo do crescimento econômico e à aceitação de certos limites ao gasto do Estado. Por outro, a expansão de políticas de caráter distributivo, como programas de políticas públicas focalizadas acompanhadas de políticas sociais, o que permitiu que o Estado se tornasse agente fundamental da melhoria de vida dos mais pobres sem tocar nos privilégios das classes dominantes e sem alterar a estrutura de poder da sociedade, configurando-se como uma variante conservadora da modernização.

A trajetória política brasileira demonstra, desta forma, estar enraizada na cultura política nacional a visão do autoritarismo social e da sujeição, em que a alguns é dada a condição de mandar e, à maioria, obedecer, não havendo uma clara percepção nem prática da igualdade como um direito.

Apesar de atravessar várias etapas em sua história, no Brasil algumas características foram mantidas: imediatismo, concentração de poder em algumas pessoas, aversão a guerras, a “paralegalidade”, o contraditório, o descumprimento da lei, as construções teóricas que não nasceram das leis e que transplantam formas jurídicas, o improvisado e a edificação de teorias políticas particulares.

Dentro do imaginário político nacional, talvez o futebol seja o traço cultural mais relevante e que representa a cultura política brasileira. Isto porque é fato que a prática futebolística penetrou profundamente na vida do brasileiro, passando a fazer parte do seu cotidiano. Desta forma, entender a trajetória do “jogo da bola” é entender um pouco mais do Brasil, de sua história e de sua gente. Um esporte que, a princípio, associava-se às elites e que se popularizou de forma assustadora, em especial a partir do primeiro quartel do século XX, período em que as agitações operárias preocupavam proprietários e governo (este último enquanto representante dos interesses dos possuidores e do Estado em si).

Tentado estabelecer paralelos, o encontro futebolístico seria nosso espaço público, onde podemos discutir, reprovar, lançar teorias e debater. Talvez como forma de nos dizermos democráticos, participativos, atuantes. Uma válvula de escape para uma democracia pobre, insuficiente e incompleta por ser hierárquica e reforçadora da esfera social a que se refere Arendt.

Berstein<sup>43</sup> parte da visão de que o termo cultura política não se equivale ao de

---

42 André Singer. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. SP: Edusp, 2002

43 Serge Berstein. *A cultura política*. In: J.P. Rioux; J.F. Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

---

ideias políticas ou forças políticas, afirmando que o interesse do historiador das culturas políticas seria o de dar respostas ao problema fundamental das motivações do político, assinalando que o “*o ato político se explica por referência a um conjunto de representações compartilhado por um grupo amplo no seio da sociedade*”.

### Considerações Finais

A História é a mais política das ciências. Talvez por essa razão seja difícil manter a objetividade e, ao mesmo tempo, dar uma marca pessoal à apresentação das análises e dos fatos. Caso não seja feita com rigor e critérios bem definidos, pode fazer perdurar ideologias nacionalistas, fundamentalistas ou étnicas. Segundo Julliard<sup>44</sup>, seja marxista ou não, o historiador não pode deixar de ter posicionamentos políticos, devendo a História Política se afastar do estudo das ações do Estado, uma vez que é a história do poder e o poder não seria exclusividade do Estado, devendo-se entender a composição social daqueles que fazem parte de uma instituição que detém ou deteve o poder.

A História torna-se científica quando interpreta e não apenas narra fatos. Estes últimos, por sua vez, devem ser vistos como ingredientes a serem cuidadosamente avaliados em qualidade e autenticidade, o que significa dizer ser fundamental que as escolhas e ações se façam da maneira mais consciente possível. E desenvolver essa consciência é, sem dúvidas, um dos papéis da História e do historiador.

A grande novidade dos Annales não está no método, mas no estudo histórico vinculado às questões, apontando o trabalho a partir dos documentos e na citação das fontes, livre do factual, em claro trabalho interdisciplinar. Só assim a História torna-se científica, ensinando-nos que o valor das questões está ligado aos documentos e aos fatos e muito menos no tempo.

Cabe ao historiador buscar e definir o sentido político de suas ações, em especial nos dias globalizados contemporâneos, quando se corre o risco de perder as fronteiras entre a economia, a política, a cultura e a sociedade. Neste cenário, o historiador tende a particularizar a História, desprezando a micro-história e seus personagens anônimos.

Neste sentido, uma das grandes tarefas do historiador é a de buscar a compreensão das lutas políticas entre os grupos dominados e dominantes em todos os níveis, garimpando as suas fontes criteriosamente selecionadas e procurando desvendar as verdadeiras causas dos marasmos ou das tensões e conflitos e suas repercussões. No caso específico do historiador que se dedica à História Política brasileira, o mesmo deve procurar entender os porquês dos partidos políticos manterem relações de favor com seus eleitores (clientelistas), que substituem os eleitores pela vontade de seus dirigentes (vanguardistas) e que tratam os eleitores como dependentes (populistas); o processo de “fabricação” da imagem de políticos pelos meios de comunicação de massa (indústria política); a manutenção do mandonismo político; o poder Judiciário pouco compreensível e visto como ineficiente; leis que “pegam” ou não; eleitores (votantes?) que têm sua participação reduzida às urnas.

Entender a constituição da Cultura Política edificada em um país recheado de pátrias como o Brasil, pode nos fazer compreender mais claramente o que se pode e deseja.

Creio que somente ao se ver no espelho de sua História e de sua Cultura

---

44 Op.cit.

---

Política, um povo, como o brasileiro - que sempre lutou e quase sempre perdeu - se identificará. Assim sendo, a História Política torna-se essencial e está aberta, esperando ser feita e reconhecida enquanto tal. Através dela, talvez possamos preencher o vazio do eu, vinculando-a ao nós.

Tenhamos em mente o poeta espanhol e seus vitrais coloridos.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. Saeculum: Revista de História, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, n.12, 2005.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e a historiografia. Trad. Luiz Alberto Monjardim. In: AZEVEDO, Célia et alii (Org.). Cultura política, memória e historiografia. RJ: Editora FGV, 2009.
- BLOCH, March. Introdução à História. Trad. Maria Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965, p. 19.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. RJ: Paz e Terra, 1986.
- BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, R. N. Nicoletti et alii (Org.). Dimensões da política na historiografia. Campinas: Pontes, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, R. N. Nicoletti et alii (Org.). Dimensões da Política na historiografia. Campinas: Pontes,
- DIAS, Renato da Silva. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). Repensando o político: poder, trabalho e identidades. Montes Claros: Unimontes, 2012.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 28, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992.
- GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. SP: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*. RJ: CPDOC-FGV, v. 9, n.17, 1996.
- GOUVÊA, Maria de F. Silva. A história política no campo da história cultural. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 3, n. 1, 1998.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, 4 ed.
- KUPPER, Agnaldo. *Diálogos Compartilhados*. SP: Editora FTD, 2016.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 13, n.24, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto: UFOP, n. 6, 1996.
- NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura política, história política e historiografia. *História e Cultura*, Franca: UNESP, v. 4, n. 1, p. 361-376, 2015.

---

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Trad. João Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Trad. Paulo Martinez. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 65-101.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. SP: Edusp, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. Trad. Luiz Alberto Monjardim. In: AZEVEDO, Célia et alii (Org.) *Cultura política, memória e historiografia*. RJ: Editora FGV, 2009.